

**PTI**Parque Tecnológico
Itaipu

Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil

Av. Presidente Tancredo Neves, 6731

85867-900 – Foz do Iguaçu, PR

Tel. (45) 3576.7200

Fax (45) 3576.7199 - www.pti.org.br

CONTRATO FUNDAÇÃO PTI-BR Nº. XXX/XXX

**MINUTA DE CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO
PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU
BRASIL, E A EMPRESA.**

Processo nº. 0410/2021

Edital nº. 0009/2021

Demanda nº. XXXX/2021

De um lado, a **FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU – BRASIL**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº. 07.769.688/0001-18, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 6.731, CEP: 85.867-900, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, neste ato representada pelo seu Diretor Superintendente Eduardo Castanheira Garrido Alves e Diretor Administrativo Financeiro Sr. Flaviano da Costa Masnik, doravante denominada Fundação PTI-BR, doravante denominada **FUNDAÇÃO PTI-BR**,

e de outro lado a empresa _____, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede a Rua _____, nº. _____, Bairro _____, CEP nº. xxxxx-xxx, na cidade de _____, Estado, neste ato representada pelo (cargo/função) Sr. _____, doravante denominado **PRESTADOR**,

celebram o presente Contrato com fulcro na **NCCA – NORMA DE COMPRAS, CONTRATAÇÕES E ALIENAÇÕES DA FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU – BRASIL** e na legislação correlata, mediante as seguintes cláusulas e condições, as quais prevalecerão entre as partes em tudo quanto se conformarem e não conflitarem com as prescrições legais, regulamentares que regem a matéria:

CAPÍTULO I – DO OBJETO E SUAS CARACTERÍSTICAS

CLÁUSULA 1ª - O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviços continuados de limpeza, higienização, conservação e copa, nas dependências do Parque Tecnológico Itaipu-BR, por empreitada por preço unitário, incluindo o fornecimento de insumos e mão de obra necessários para a execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência e demais documentos a ele vinculados**, no regime de empreitada por preço

unitário, de acordo com o Termo de Referência, Memorial Descritivo, Proposta Comercial e Planilha de Custos, que integram o processo em epígrafe, independentemente de transcrição.

CAPÍTULO II – DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA 2ª – Os serviços serão realizados, à integral expensa do PRESTADOR, na forma e modo de execução elencado no termo de referência e memorial descritivo.

§ 1º Os serviços serão remunerados por empreitada por preço unitário;

§ 2º O prestador deverá ter a qualificação técnica constante do termo de referência.

§ 3º Os serviços serão executados nas edificações que compõem o Parque Tecnológico Itaipu - BR, inclusive o Centro de Recepção dos Visitantes (CRV/CTI) do Complexo Turístico da Itaipu, Mirante Central, Mirante do Vertedouro, Setor de Transporte, localizados na Avenida Tancredo Neves, 6731, Vila A histórica, localizada na Rua Sabiapóca, 794, bairro Itaipu A e CCO da Vila A, localizado na Rua Guará, s/n, bairro Itaipu A, na cidade de Foz do Iguaçu no estado do Paraná, conforme apêndice 1, do memorial descritivo.

§ 4º A execução dos serviços será iniciada após a emissão de Termo de Início do Contrato, emitido pela Fundação PTI-BR. O prazo para mobilização será de 15 (quinze) dias corridos a contar da emissão do Termo de Início.

§ 5º A execução dos serviços das áreas 4, 5 (5.1 e 5.2) e 6 do item 3 (áreas destinadas ao turismo) será iniciada mediante acionamento da contratante, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos a contar da solicitação.

§ 6º O fornecimento dos itens 8 e 9 (carga de gás) da planilha do item 3.4 deste documento será mediante solicitação da contratante conforme demanda e a quantidade estimada não apresenta qualquer garantia de fornecimento em sua totalidade. O fornecimento será autorizado após a emissão pela Fundação PTI-BR do documento Ordem de Serviço, devidamente aprovada por seu representante, e com rubrica do representante da contratada.

§ 7º O prazo de entrega dos itens 8 e 9 é de 02 (dois) dias úteis a contar da emissão da Ordem de Serviço pela contratante.

§ 8º O prazo de execução contratual será de 36 (trinta e seis) meses e de vigência do contrato de 40 (quarenta) meses, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, respeitando o limite previsto na NCCA.

CLÁUSULA 3ª - O PRESTADOR, quando da formalização de sua Proposta Comercial assumiu a responsabilidade de fazê-la com inclusão de todas as obrigações e encargos, ou seja, todos os custos incidentes para a consecução

**PTI**Parque Tecnológico
Itaípu

Fundação Parque Tecnológico Itaípu - Brasil

Av. Presidente Tancredo Neves, 6731

85867-900 - Foz do Iguaçu, PR

Tel. (45) 3576.7200

Fax (45) 3576.7199 - www.pti.org.br

do objeto contratado, não podendo ser atribuída à Fundação PTI-BR nenhuma despesa adicional, a qualquer título.

Parágrafo Único - O PRESTADOR, às suas expensas, deverá assumir todos os custos e encargos relativos à prestação do serviço quando este for realizado fora de seus domínios, em especial, tributos, verbas trabalhistas, deslocamento urbano e interurbano, passagens, hospedagem, alimentação, seguros, etc.

CLÁUSULA 4ª - É vedada a substituição unilateral pelo PRESTADOR, de qualquer especificação do(s) serviços(s) para o qual apresentou proposta comercial.

Parágrafo Único - Nos casos em que o PRESTADOR apresentar justificativa, por escrito, comprovando a impossibilidade de execução no modo, deverá apresentar proposta formal de aditivo qualitativo ensejando a descrição técnica e especificações que se pretende produzir, que será analisado pelo contratante que motivadamente, poderá aquiescer com a substituição que não ensejar expensas financeiras à Fundação PTI-BR.

CLÁUSULA 5ª - A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Fundação PTI - BR, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

CAPÍTULO III – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA 6ª - A garantia de todos os serviços seguirá o Código de Defesa do Consumidor, instituída pela Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

§ 1º A CONTRATADA dará garantia total, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, de todos os materiais/peças utilizados na execução dos serviços na forma deste Termo de Referência, instalados ou não (Art.26 do Código de Defesa do Consumidor).

§ 2º Na hipótese da CONTRATADA utilizar materiais/peças com prazo de garantia do fabricante vencido, a mesma ficará obrigada a assumir a garantia integral pelo prazo idêntico ao estabelecido pelo fabricante.

CAPÍTULO IV – DA VERIFICAÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA RECUSA

CLÁUSULA 7ª – A verificação da conformidade dos serviços consistirá na aferição do modo, da forma e da técnica de execução empregada, da periodicidade da execução, dos insumos e da mão de obra utilizada, bem como o quantitativo dos serviços tomados.

Parágrafo Único - A Fundação PTI-BR poderá rejeitar qualquer serviço que não atenda as especificações da contratação.

CLÁUSULA 8ª - Os serviços, objeto desse contrato, quando atenderem às especificações técnicas e às quantidades previstas no processo de contratação, serão recebidos no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade do objeto do serviço com a proposta.

Parágrafo Único - A Nota Fiscal deverá ser emitida imediatamente ao atendimento desta Cláusula, ou seja, dentro da competência de execução dos serviços.

CLÁUSULA 9ª - O recebimento não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e pelo contrato.

CAPÍTULO V – DO PREÇO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA 10ª - O valor total deste contrato é de **R\$ XXX.XXX,XX** (valor por extenso), para o período de 36 (trinta e seis) meses.

§ 1º O valor a ser pago mensalmente à CONTRATADA pela prestação dos serviços será de acordo com a medição das áreas, posto de trabalho da copa e aquisição de gás.

§ 2º - O pagamento será efetuado mensalmente de acordo com o padrão da Fundação PTI, em até 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento do serviço, ou conforme negociação com a Contratada.

§ 3º - A Fundação PTI-BR efetuará o pagamento na Conta Corrente indicada pelo Fornecedor na Proposta Comercial. O comprovante de depósito suprirá o recibo de pagamento.

CLÁUSULA 11ª - Os documentos fiscais deverão ser preenchidos em nome da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – BR, CNPJ 07.769.688/0001-18, com natureza jurídica de entidade privada sem fins lucrativos, inscrição Municipal 36.687, Não Contribuinte de ICMS, situada na Avenida Tancredo Neves nº 6731, CEP 85.867-900 – Bairro Itaipu – Foz do Iguaçu-PR;

§ 1º - Todos os documentos fiscais eletrônicos devem ser enviados para o e-mail: nfeletronica@pti.org.br e as Notas Fiscais manuais devem ser entregues para a área de recebimento.

§2º - Nos documentos fiscais, deverão constar: o número do pedido de compras, número do convênio (quando aplicável), a descrição detalhada dos serviços prestados, o local da prestação dos serviços (quando ocorrer fora do município de Foz do Iguaçu – PR) e o destaque das retenções de tributos (quando aplicáveis).

CLÁUSULA 12ª – O PRESTADOR, quando da formalização de sua Proposta Comercial, assumirá a responsabilidade de fazê-la com inclusão de todas as obrigações e encargos, ou seja, todos os custos incidentes para a consecução do objeto contratado, não podendo ser atribuída à Fundação PTI – BR nenhuma despesa adicional, a qualquer título.

CLÁUSULA 13ª – A nota fiscal somente poderá ser emitida após efetiva prestação de serviços, bem como a aprovação, por parte da Fundação PTI - BR, do(s) seguinte(s) documento(s).

- I “Ordem de Serviço”, “Contrato” ou o Pedido de Compras” emitido pela Fundação PTI-BR;
- II GFIP;
- III Guia da GPS/INSS a recolher e o comprovante de pagamento;
- IV Guia do FGTS a recolher e o comprovante de pagamento;
- V Holerites devidamente assinados/comprovantes de depósitos;
- VI Cartão ponto assinado pelo funcionário e pelo responsável da empresa;
- VII Comprovante de recebimento do vale-transporte;
- VIII Comprovante de recebimento de vale-alimentação/cesta básica;
- IX Listagem do plano de saúde (sindicato ou particular) e comprovante de pagamento;
- X Atestado médico dos funcionários/exame admissional - demissional (se houver);
- XI Rescisões trabalhistas/ recibo de férias (se houver);
- XII Ficha de registro de novos funcionários (se houver);
- XIII Ficha de entrega dos EPIs assinada;
- XIV Relatório de acidente de trabalho;
- XV Declaração de optante de simples/declaração sem fins lucrativos;
- XVI Certidões negativas: municipal/estadual/federal/CRF/CNDT;
- XVII Ordem de Serviço;

- XVIII Medição do serviço realizado;
XIX Solicitação de pagamento após aprovação do serviço realizado;
XX E-mail de esclarecimento relativo a dúvidas da documentação;
XXI Seguro de vida (apólice e pagamento mensal ou anual).
XXII Demais documentos solicitados pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA 14ª - Devido a obrigatoriedade da entrega da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais - EFD REINF, solicita-se ainda que os documentos fiscais sejam enviados para escrituração fiscal na competência da emissão, conforme data definida pela contratante.

CLÁUSULA 15ª - Os pagamentos a serem efetuados para o fornecedor, quando couberem, estarão sujeitos à retenção na fonte dos tributos previstos em lei.

CLÁUSULA 16ª - O pagamento dos serviços está condicionado às execuções pela CONTRATADA, a aprovação pela Fundação PTI - BR, bem como à entrega da documentação, completa, exigida para liberação do pagamento conforme prazos e condições a serem firmados em instrumento contratual.

CLÁUSULA 17ª - Caso a CONTRATADA não apresente a documentação completa exigida para liberação do pagamento do documento fiscal no prazo estabelecido, o respectivo pagamento dos serviços somente ocorrerá 15 (quinze) dias úteis a contar da data da apresentação formal, pela CONTRATADA à Fundação PTI - BR, dos respectivos documentos faltantes.

CLÁUSULA 18ª - A Fundação PTI - BR poderá, ao seu critério, deduzir (dos pagamentos devidos à CONTRATADA) valores cobrados pela mesma sem o devido respaldo contratual ou resultantes de multas ou qualquer outro débito da CONTRATADA decorrente dos compromissos assumidos neste instrumento contratual.

CLÁUSULA 19ª - O valor devido que deverá ser pago à CONTRATADA será composto de:

Valor Principal (VP) - O valor referente aos serviços prestados mensalmente
Descontos referentes ao não cumprimento de Acordo de Níveis de Serviço (ANS);
$\text{VALOR A SER PAGO} = \text{VP} - \{ \text{VP} \times [(10 - \text{ANS}) / 100] \} - \text{VG}$

CAPÍTULO VI – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

CLÁUSULA 20ª – Poderá ser atualizado o valor do contrato para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, que será precedido da análise da variação dos custos contratuais, devendo ser respeitados os prazos definidos neste edital.

CAPÍTULO VII – DO REAJUSTE CONTRATUAL

CLÁUSULA 21ª – Para os custos decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos, o reajustamento deverá respeitar o interregno de 12 (doze) meses, contados da data limite para apresentação das propostas.

CLÁUSULA 22ª – Os valores serão atualizados pelo índice previsto em contrato.

CLÁUSULA 23ª – Se na data do reajustamento já tiver ocorrido a revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, deverá ocorrer uma compensação de valores para evitar acumulação injustificada.

CAPÍTULO VIII – DA REPACTUAÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA 24ª – Para os custos de mão de obra haverá repactuação em decorrência de alteração do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho ao qual a proposta esteja vinculada.

CLÁUSULA 25ª – Os novos valores contratuais decorrentes da repactuação terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

I. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;

II. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

CLÁUSULA 26ª – As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um

**PTI**Parque Tecnológico
Itaipu

Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil

Av. Presidente Tancredo Neves, 6731

85867-900 – Foz do Iguaçu, PR

Tel. (45) 3576.7200

Fax (45) 3576.7199 - www.pti.org.br

dos itens da planilha a serem alterados.

CLÁUSULA 27ª – É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA 28ª – A repactuação que a CONTRATADA fizer jus e não for solicitada durante a vigência do Contrato, será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

CAPÍTULO IX – DA REVISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA 29ª – O contrato poderá ser revisto para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da sua, ou ainda, na hipótese de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA 30ª – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA 31ª – A Fundação PTI-BR poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

CAPÍTULO X – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

CLÁUSULA 32ª – O prazo de execução contratual será de 36 (trinta e seis) meses e de vigência do contrato de 40 (quarenta) meses, podendo ser prorrogado para até 60 meses, mediante Termo Aditivo, conforme condições previstas no Art. 63 da NCCA.

Parágrafo Único - O término da vigência contratual não exclui do PRESTADOR as responsabilidades técnicas (de garantia e assistência) referente ao objeto contratado.

CAPÍTULO XI – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA 33ª – Os contratos podem ser alterados com acréscimo ou redução de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, mediante termo aditivo celebrado de comum acordo entre as partes, observando o mesmo objeto contratado.

§1º – Excepcionalmente, quando os preços contratuais estiverem incompatíveis com os praticados pelo mercado a Fundação PTI-BR poderá ajustar o preço, acrescentando ou reduzindo além do limite de 25% (vinte e cinco por cento), desde que devidamente comprovado e justificado pelo gestor contratual.

§2º - Sem prejuízo dos limites da cláusula anterior, a prorrogação e as alterações contratuais observarão o estrito interesse da Fundação PTI-BR, observado:

- a) a previsão no instrumento convocatório;
- b) a maior vantajosidade econômica para Fundação PTI-BR;
- c) a existência e suficiência de recursos orçamentários;
- d) a anuência das partes;
- e) o cumprimento das obrigações pelo PRESTADOR;
- f) a manutenção das condições de habilitação pelo PRESTADOR;
- g) a inexistência de sanções restritivas da atividade licitatória e contratual aplicadas pela Fundação PTI-BR ou pela ITAIPU BINACIONAL;
- h) a promoção dentro da vigência contratual;
- i) autorização da autoridade competente.

§3º - O regime de execução e o modo de fornecimento poderão ser alterados em face de constatação técnica da inaplicabilidade dos termos originalmente contratados, ou de fato superveniente aceito pela Fundação PTI-BR.

§4º - A antecipação de prazo de pagamento será possível caso previsto contratualmente, mediante solicitação formal do contratado e aceito pela Fundação PTI-BR.

§5º - Na hipótese de supressão de obras, serviços ou bens, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local da execução, estes devem ser ressarcidos pela Fundação PTI-BR pelos custos de aquisição regularmente comprovados.

CAPÍTULO XII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA 34ª - As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta orçamentária da Área/Programa/Projeto, centro de custos nº., fonte, Natureza de Gastos(SC nº. e PC nº.).

CAPÍTULO XIII – DAS GARANTIAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA 35ª – A CONTRATADA deverá apresentar, na data de assinatura do contrato, a Garantia Financeira do Contrato, correspondente a 10% (dez por cento) do valor total contratado, representada por uma das seguintes modalidades, ao critério da Contratada:

- I Caução em dinheiro;
- II Apólice de seguro-garantia do fornecedor e prestador de serviço;
- III Carta de fiança bancária.

§1º- A garantia assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos, causados à Fundação PTI-BR ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Fundação PTI-BR à contratada;
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

§2º- A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

§3º- Atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias do prazo fixado para apresentação da garantia autoriza, à Fundação PTI-BR, a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

§4º- A vigência da garantia terá início a partir da data de assinatura do Contrato e validade até o cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas.

§5º- A apólice de seguro-garantia ou a carta de fiança deverá ser contratada e emitida no Brasil, em termos e condições vigentes e aceitáveis pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) ou Banco Central do Brasil. As despesas com a obtenção dessas garantias correrão por conta da CONTRATADA e sua renovação deverá ser providenciada quando vencida, sob as mesmas condições citadas.

§6º- A CONTRATADA deverá providenciar endosso à Apólice de Seguro-Garantia ou aditivo à Carta de Fiança Bancária, toda vez que o valor do Contrato sofrer

alteração, encaminhando-os à Fundação PTI-BR.

§7º- O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo, instaurado pelo contratante, com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

§8º- A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução e o recebimento definitivo do objeto contratual e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente pelo índice da caderneta de poupança.

§9º- A Fundação PTI-BR não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

I - Caso fortuito ou força maior;

II - Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

III - Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Fundação PTI-BR;

IV - Prática de atos ilícitos dolosos por funcionários da Fundação PTI-BR.

CAPÍTULO XIV – DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA 36ª – O PRESTADOR se compromete a:

I Executar os serviços conforme as especificações deste Termo de Referência, memorial descritivo, edital, da sua proposta e demais anexos, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no contrato e necessárias e demais documentos vinculados à ele, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

II Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

III Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14, 17 e 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

- IV Utilizar empregados habilitados e com conhecimento técnico dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- V Relatar, à Contratante, toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- VI Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- VII Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto;
- VIII Nos preços, deverão estar incluídas todas as obrigações, encargos e custos decorrentes da contratação;
- IX Colaborar, com a fiscalização da FUNDAÇÃO PTI-BR, em qualquer fase da entrega do objeto deste instrumento;
- X Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados à FUNDAÇÃO PTI-BR ou a terceiros pelos seus empregados, decorrente de sua culpa ou dolo, não se eximindo dessa responsabilidade, ainda que a execução deste Contrato seja fiscalizada pela FUNDAÇÃO PTI-BR;
- XI Responder e arcar com os custos por eventuais prejuízos causados ao mobiliário, utensílios, equipamentos, instalações e infraestrutura, provocados por ineficiência, descuido ou irregularidade cometida na execução dos serviços.
- XII No caso de dano irreparável ou extravio de qualquer bem (equipamento, móvel, utensílio, chave, instalação etc.), colocado à disposição da CONTRATADA, esta deverá ressarcir à Fundação PTI-BR o valor contábil do referido bem, que constará do Termo de Responsabilidade assinado pela CONTRATADA no ato do seu recebimento. No caso específico de chaves, no caso de extravio, poderá promover ainda cópia, as suas expensas.
- XIII Em caso de comprovação do mau uso, de qualquer dos móveis, equipamentos, instalações e infraestrutura colocadas à sua disposição, providenciar a manutenção, às suas expensas, inclusive substituição de peças, se necessário. A manutenção deverá ser realizada por empresa especializada e deverá seguir o melhor padrão de qualidade técnica, seguindo a orientação do fabricante.
- XIV Manter, durante o período de vigência do Contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas;
- XV Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado sem a aprovação da Fundação PTI-BR, além do permitido no Termo de Referência;

XVI Assumir a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda civil ou penal, relacionada à execução deste Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

XVII Entregar os serviços dentro dos parâmetros estabelecidos, fornecendo todos os materiais em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

XVIII Não utilizar, em todas as atividades relacionadas à execução deste instrumento, mão de obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como exigir que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com os prestadores de seus insumos e/ou prestadores de serviços, sob pena de rescisão do Contrato;

XIX Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 64, inciso 2º da NCCA;

XX Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI);

XXI Apresentar à Fundação PTI-BR, a relação nominal dos empregados que adentrarão na Fundação para a execução do serviço;

XXII A CONTRATADA deverá realizar a correção dos problemas verificados, no prazo estipulado pela Fundação PTI-BR, a contar do recebimento da comunicação ou do conhecimento dos defeitos;

XXIII Responsabilizar-se pelo fornecimento de EPI's e EPC's aos empregados e pela sinalização viária (diurna e noturna) necessária a total segurança aos usuários e serviços. Esses equipamentos deverão ser compatíveis com o trabalho realizado pelo empregado;

XXIV A CONTRATADA é responsável pelo deslocamento de seus colaboradores, até a Fundação PTI-BR, CRV e Setor de Transporte, bem como será responsável pelo deslocamento destes até os locais de prestação do serviço assim como pelo seu retorno à residência;

XXV A CONTRATADA é responsável pela entrega dos materiais e equipamentos na Fundação PTI-BR e demais locais de prestação de serviço, bem como sua distribuição para correta execução dos serviços e abastecimentos;

XXVI Encaminhar à área de Infraestrutura, Segurança e Serviços, em via física, até 10 (dez) corridos dias antes à data estabelecida para início dos serviços, a cada nova admissão e quando do vencimento dos crachás, os documentos dos empregados designados para a execução dos serviços, para emissão dos crachás:

- cópia do ASO;
- cópia da ficha de registro (assinada e com foto);

**PTI**Parque Tecnológico
Itaipu

Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil

Av. Presidente Tancredo Neves, 6731

85867-900 – Foz do Iguaçu, PR

Tel. (45) 3576.7200

Fax (45) 3576.7199 - www.pti.org.br

- cópia do contrato de trabalho
- cópia legível da carteira de trabalho – CTPS, mencionando o respectivo registro;
- cópia do RG e CPF;
- comprovante de tipagem sanguínea;
- cópia assinada do contrato firmado entre contratada e Fundação PTI-BR;
- formulário de solicitação de crachás devidamente preenchido e assinado.

XXVII A CONTRATADA deverá enviar à área gestora, em via física, no prazo de 7 (sete) dias úteis ao início do contrato informando marca, modelo, placa dos veículos que necessitam acessar a Fundação PTI-BR e cópia dos seguintes documentos:

- CRV (Certificado de Registro de Veículo);
- CNH dos condutores;
- Crachá dos condutores;
- Formulário “Solicitação de Passe de Trânsito de Veículo na usina de ITAIPU” preenchido mecânica ou eletronicamente e assinado;
- Caso o veículo não seja de propriedade do motorista, deve-se entregar ainda a autorização de condutor pessoa física autenticado em cartório.

XXVIII A CONTRATADA deverá, quando do vencimento de passes de veículo e/ou crachás de funcionários, realizar solicitação de emissão à área de Infraestrutura, Segurança e Serviços, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data de vencimento, junto a todas as documentações necessárias para emissão em via física;

XXIX Para liberações provisórias e esporádicas, a CONTRATADA deverá realizar a solicitação à área gestora com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;

XXX A CONTRATADA deverá devolver as identificações funcionais (crachás) à Fundação PTI-BR quando do encerramento do Contrato e/ou desligamento de empregado. Em caso de extravio, um boletim de ocorrência (B.O.) deverá ser emitido pela CONTRATADA e enviada sua cópia para a área gestora do Contrato;

XXXI A CONTRATADA deverá atentar-se ao calendário de feriados praticados pela Fundação PTI-BR e Itaipu Binacional para enviar a solicitação de liberação para acesso aos sábados, domingos, recessos e feriados, devendo encaminhar

com antecedência mínima de 48 horas ou em data e horários definidos pela contratante.

XXXII A CONTRATADA deverá manter um sistema de comunicação eficiente com a Fundação PTI-BR (Telefone, Celular, e-mail e outros) para atendimento, principalmente em eventuais emergências que ocorram;

XXXIII Tomar todos os procedimentos relativos à divisão de trabalho, distribuição dos empregados nas frentes de serviço, utilização adequada de técnicas, equipamentos, materiais e produtos, bem como o controle dos empregados designados para a execução dos serviços, inserir informação sobre o local de trabalho dos empregados nos respectivos cartões ponto e fornecer relatório mensal.

XXXIV A contratada deverá indicar, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos após o termo de início do contrato, um representante pela prestação dos serviços até o total cumprimento das obrigações assumidas no presente CONTRATO, com poderes para receber em nome da CONTRATADA as instruções dadas ou formalizadas por escrito pela Fundação PTI-BR. Deverá providenciar um meio de comunicação que permita a Fundação PTI-BR localizá-lo, durante os horários de serviço da CONTRATADA, a fim de solucionar problemas relacionados ao objeto do contrato. As condições necessárias para que seu preposto realize ligações locais e/ou interurbanas também deverão ser providenciadas pela CONTRATADA.

XXXV Solicitar autorização da Fundação PTI-BR para movimentação de qualquer Bem Patrimonial Móvel e/ou utensílios colocados à sua disposição.

XXXVI Ao término do Contrato, a CONTRATADA compromete-se a devolver à Fundação PTI-BR eventuais chaves das edificações, mobiliários, equipamentos, instalações e utensílios nas mesmas condições que os recebeu, salvo o desgaste natural pelo uso.

XXXVII A CONTRATADA deverá manter em estoque, de forma permanente, quantidade suficiente de todos os materiais e equipamentos, inclusive os de proteção individual (EPI) para a perfeita execução das tarefas e abastecimentos objeto deste contrato.

XXXVIII Será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todo o suprimento, transporte e armazenamento dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços de limpeza, higienização e conservação;

XXXIX A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais, inclusive de higiene pessoal, tais como: papel higiênico em rolo, papel toalha em rolo, protetor de assento sanitário, sabonete líquido (espuma), desodorizador, adesivo desodorizante, naftalina, etc.

XL A Contratada é responsável pela manutenção dos equipamentos e dispensers e quando danificados deverá substituí-los por outros em perfeitas condições.

XLI A Contratada deverá ter conhecimento de todas as normas técnicas, especificações, métodos, padronizações, classificações, terminologias e simbologias estabelecidas pela ABNT que sejam referentes aos serviços contratados, bem como às exigências legais.

XLII A Contratada deverá suprir com todos os materiais e equipamentos necessários para garantir a segurança e higiene dos operários, obedecendo as normas vigentes.

XLIII Todos os serviços deverão ser executados de acordo com os documentos fornecidos pela Fundação PTI-BR, Normas Técnicas (ABNT e das concessionárias) ou como indicados pela fiscalização da Fundação PTI-BR.

XLIV Em caso de dúvidas, no que for relativo à compreensão dos documentos, caberá à Contratada informar à fiscalização da Fundação PTI-BR para verificar junto aos profissionais envolvidos em cada área técnica e deverão ser solucionados pela Contratada, tudo sempre de acordo com as normas e regulamentos ditados pela ABNT e pelas Leis/Decretos.

XLV A guarda e vigilância dos materiais e equipamentos necessários, assim como dos serviços executados e ainda não entregues à Fundação PTI-BR, são de inteira responsabilidade da Contratada.

XLVI Todas as comunicações entre a Contratada e a Fundação PTI-BR devem ser feitas por escrito. Será de exclusivo ônus e responsabilidade da Contratada, todo e qualquer serviço que não tenha sido autorizado ou por escrito ou, em caso de autorização verbal, confirmado por escrito, dentro de 48 horas, bem como alterações das especificações.

XLVIIA presença da fiscalização da Fundação PTI-BR, não diminui nenhuma das responsabilidades da Contratada acima citadas.

XLVIII Deverá substituir seu representante ou empregado, quando este não atender, a critério da Fundação PTI-BR, aos objetivos da função.

XLIX Em caso de acidente, o mesmo deve ser comunicado imediatamente pela empresa contratada à área de segurança do trabalho e à área gestora do contrato, ambas da Fundação PTI-BR, e comunicado/registrado nos órgãos oficiais brasileiros no prazo estabelecido pelo respectivo órgão.

L Para cada acidente deve ser preenchido o "Relatório de Acidente do Trabalho", validado por um Técnico de Segurança e encaminhado área gestora do contrato até 48 horas após a ocorrência.

LI Caso haja alguma ocorrência diversa, mesmo que não haja conclusão como acidente, deve ser emitido um “Relatório de investigação inicial” validado por um Técnico de Segurança do Trabalho e, encaminhado ao gestor do contrato da Fundação PTI-BR até 48 horas após a ocorrência.

LII A CONTRATADA deverá garantir a correta separação dos resíduos coletados e seu transporte, devendo acondicionar de forma separada os diferentes resíduos.

LIII Cumprir os indicadores de Acordo de Níveis de Serviço quanto à pontualidade e à qualidade na execução dos serviços, consoante especificado neste Termo de Referência.

LIV Comparecer, sempre que convocada, às visitas e/ou reuniões solicitadas pelo CONTRATANTE, assumindo ônus por sua ausência;

LV Durante a execução do serviço, responsabilizar-se pelo registro das ocorrências verificadas nas instalações e que necessitem de manutenção, por parte da Fundação PTI-BR e comunicar a área gestora do contrato. Exemplos de ocorrências mais comuns e que devem ser registradas:

- Vazamentos em torneiras ou sifão dos lavatórios e/ou nos vasos sanitários;
- Lâmpadas queimadas ou piscando;
- Tomadas e espelhos soltos;
- Janelas, fechaduras ou vidros quebrados;
- Carpete solto.

LVI Quando da execução de serviços de limpeza, higienização e conservação que impliquem na interdição temporária de uma área, ou quando for preciso maior atenção dos usuários para evitar acidentes, a CONTRATADA deverá disponibilizar e utilizar fita zebra e cavaletes/cones de isolamento. Os cavaletes deverão conter 3 idiomas: português, inglês e espanhol. Ficará a cargo da CONTRATADA providenciar informativos físicos, previamente aprovados pela Fundação PTI-BR, quando da interdição de uma área para conhecimento prévio pelos usuários da edificação.

LVII A vigilância e guarda das instalações, materiais e equipamentos também correrão por conta da CONTRATADA.

LVIII A CONTRATADA deverá entregar, em até 30 (trinta) dias corridos após o início da execução dos serviços, o PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e LIP (Laudo de Insalubridade e Periculosidade). Os documentos serão analisados pela contratante e deverão ser ajustados pela CONTRATADA em até 10 (dez) dias corridos após a solicitação. Os documentos acima descritos deverão

ser revisados, no mínimo, a cada 12 meses, cabendo a CONTRATADA a entrega dos documentos revisados/alterados até o prazo de 12 meses após a emissão do documento anterior.

LIX Cumprir com as demais obrigações previstas neste documento, memorial descritivo, edital, proposta e demais anexos.

CLÁUSULA 37^a – A Fundação PTI-BR obriga-se a:

- I - Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas;
- II - Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- III - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de colaborador especialmente designado;
- IV - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência, à vista das notas fiscais/faturas, devidamente atestadas, nos prazos fixados.
- V - Disponibilizar endereço de e-mail e contato telefônico;
- VI - Permitir o livre acesso da CONTRATADA às dependências da Fundação PTI-BR, observadas as normas de segurança da Fundação PTI-BR e da Itaipu Binacional para os casos em que sejam requeridas a instalação, a substituição ou a devolução do(s) objeto(s);
- VII - Proporcionar as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, isto é, àquelas previstas no termo de referência;
- VIII - A Fundação PTI - BR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com Terceiros, ainda que vinculados à execução do presente instrumento contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinado.
- IX - Solicitar ao PRESTADOR a apresentação da garantia contratual.

CAPÍTULO XV – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 38^a – A FUNDAÇÃO PTI-BR por meio de sua área gestora, **ISS – Infraestrutura, Segurança e Serviços** fiscalizará e acompanhará a execução do Contrato, atuando como representante da FUNDAÇÃO PTI-BR.

§1º – A Fundação PTI-BR nomeará um gestor, que será responsável pela fiscalização das atividades desenvolvidas pelo PRESTADOR.

§2º – O gestor do contrato poderá designar um fiscal para fiscalizar as atividades desenvolvidas pelo(a) PRESTADOR(A).

§3º – A fiscalização realizada pela Fundação PTI-BR não importa em redução ou supressão da responsabilidade do PRESTADOR por eventual erro, falha ou omissão, exceto se decorrentes de solicitações emanadas da Fundação PTI-BR, das quais o PRESTADOR tenha discordado, por escrito, com antecedência de 03 (três) dias para não prejudicar a execução do objeto contratado.

§4º – Cabe a fiscalização:

- a) Decidir, em nome da Fundação PTI-BR, todas as questões relacionadas à execução do presente contrato;
- b) Recusar os equipamentos considerados insatisfatórios e exigir a remoção e/ou substituição desses na extensão considerada necessária;
- c) Encaminhar ao PRESTADOR, por escrito, as comunicações que se fizerem necessárias;
- d) Fiscalizar a execução do presente Contrato, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições constantes de suas cláusulas e seus anexos;
- e) Colocar à disposição do PRESTADOR os meios indispensáveis à execução do contrato;
- f) Revisar e aprovar o objeto entregue pelo PRESTADOR;
- g) Cumprir com as demais obrigações advindas da função.

CAPÍTULO XVI – NORMA REGENTE

CLÁUSULA 39ª – A presente relação contratual é regida pela **NCCA – NORMA DE COMPRAS, CONTRATAÇÕES E ALIENAÇÕES DA FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU – BRASIL**.

Parágrafo Único - Em caso de conflito entre as estipulações ou condições constantes deste instrumento com os seus respectivos anexos, bem como omissões contratuais, buscar-se-á a interpretação mais favorável à Fundação PTI-BR, pautada nos princípios contratuais em respeito à função social do Contrato.

CLÁUSULA 40ª – São princípios e regras norteadores do Contrato, o princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da responsabilidade ambiental, do julgamento objetivo da preservação do negócio jurídico, da maior vantagem para Fundação PTI-BR na contratação, da ampla concorrência, da sustentabilidade, do

desenvolvimento socioambiental, do menor impacto ambiental, da maior economia de recursos, da menor depreciação econômica, da menor produção de resíduos, da disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras e serviços contratados; da mitigação por condicionantes e compensação ambiental; da utilização de produtos, da redução do consumo de energia e recursos naturais; e da acessibilidade.

Parágrafo Único - Os princípios norteadores, nos casos omissos, além de indicarem a interpretação das cláusulas e termos contratuais, terão efeito de integração das normas.

CAPÍTULO XVII – DAS FALTAS E PENALIDADES

CLÁUSULA 41ª - São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- a) Não atender, sem justificativa, à convocação para a assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;
- b) Atrasos nas entregas das compras sem justificativas plausíveis, não atendendo aos prazos do Termo de Referência;
- c) Entregas realizadas em desconformidade com o Termo de Referência;
- d) Apresentar documento falso;
- e) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de seleção de fornecedores;
- f) Afastar ou procurar afastar participante, por meio da violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- g) Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- h) Incorrer em inexecução contratual.

CLÁUSULA 42ª – Para toda e qualquer ofensa aos deveres contratuais, poderão ser aplicadas, à CONTRATADA, sem prejuízos da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

I - **Advertência** para faltas leves, assim entendidas: aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o Contratante.

II - **Multa Moratória**, equivalente a 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos por cento) do valor atualizado no instrumento contratual, por dia

de atraso.

III - **Multa compensatória**, de 10% (dez por cento) do valor do instrumento contratual, no caso de inexecução total do instrumento contratual ou por ato que frustre ou fraude a avaliação competitiva, sem prejuízo de rescisão unilateral da avença.

IV - **Multa compensatória** para os casos de inexecução previstos na Cláusula 44ª, nos percentuais indicados.

V - **Suspensão** do direito de participar de processos de compras e impedimento de contratar com a Fundação PTI - BR, por até 2 (dois) anos.

CLÁUSULA 43ª – Considera-se, como inexecução total do instrumento contratual, o atraso na execução do serviço por mais de 02 (dois) dias úteis.

CLÁUSULA 44ª - Como forma de punir certas ocorrências pontuais da CONTRATADA, serão aplicados os quadros a seguir, respeitando-se o limite para a aplicação de multas estabelecida pelo Termo de Referência, independentemente da aplicação de outras penas.

Parágrafo Único - A caracterização formal da “ocorrência”, do item “DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA” do “Quadro 2 – Infração”, será a notificação da CONTRATADA pela Fiscalização da Fundação PTI-BR, sendo de um dia a periodicidade mínima para a repetição desses atos.

Quadro 1 – Correspondência

GRAU	VALOR DA MULTA
1	0,3% do valor do contrato
2	0,5% do valor do contrato
3	0,8% do valor do contrato
4	1,0% do valor do contrato
5	1,2% do valor do contrato

Quadro 2 – Infração

ITEM	DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação/adicional/treinamento para executar	03

	os serviços contratados, por empregado e por dia;	
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Causar algum dano as instalações, equipamentos, mobiliário, edificação, câmeras de segurança, por ocorrência.	04
6	Deixar de fornecer materiais em quantidade suficiente para completa execução dos serviços	04
7	Deixar de fornecer materiais de higiene necessários para completo e integral abastecimento dos banheiros	05
8	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
9	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
10	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela Fundação PTI-BR, por item e por ocorrência;	03
11	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
12	Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	01
13	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual – EPI ou equipamentos de proteção coletiva - EPC, quando necessários, por empregado, por ocorrência.	03
14	Execução de serviços de forma incorreta, em desconformidade com as normas técnicas pertinentes, com padrão de qualidade inferior ou em prazos excessivo, embasados em clara deficiência técnica do (s) profissional (is) envolvidos ou por falta de equipamento/ferramenta/utensílio adequados, por ocorrência.	02
15	Executar serviço incompleto ou de caráter paliativo, ou deixar de providenciar recomposição complementar, por ocorrência.	02
16	Deixar de disponibilizar equipamentos, materiais, ferramentas ou outro item necessários à realização dos serviços do escopo do Contrato ou deixar de repor ferramentas, materiais, equipamentos desgastados, avariados, inoperantes ou faltantes que sejam de sua responsabilidade, por ocorrência.	05
17	Deixar de entregar os salários, vales-transportes e/ou vale-refeição nas datas avençadas, por ocorrência.	05
18	Permitir a presença de empregado não uniformizado, sem identificação ou mal apresentado ou não fornecer uniformes novos quando necessário, por ocorrência.	01
19	Deixar de realizar a limpeza interna, externa ou de esquadrias e fachadas, por dia.	02

20	Deixar de cumprir horário estabelecido pelo Contrato ou determinado pela Fiscalização, por ocorrência.	02
21	Deixar de realizar a emissão de todos os documentos necessários quando da ocorrência de um acidente de trabalho dentro do prazo estabelecido por lei.	03
22	Deixar de disponibilizar os documentos solicitados pela CONTRATADA (como holerites, certidões, comprovantes de pagamento, declarações, entre outros), por ocorrência.	05
23	Deixar de abastecer banheiros e dispenser/frascos de circulação e de ambientes, por ocorrência;	04
24	Não cumprir a periodicidade dos serviços e os serviços descritos no memorial descritivo	04

CLÁUSULA 45ª - Na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de processos de compras e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR deverá ser considerada a dosimetria da penalidade, conforme tabela a seguir:

INFRAÇÃO	PENA (MÁXIMA)
Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;	04 (quatro) meses
Apresentação de documento falso;	12 (doze) meses
Qualquer ato que frustre ou fraude, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;	24 (vinte e quatro) meses
Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;	12 (doze) meses
Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;	12 (doze) meses
Incorrer em inexecução contratual.	12 (doze) meses

CLÁUSULA 46ª - A sanção de suspensão do direito de participar de processos de compras e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR para o caso de inexecução contratual deve ser aplicada apenas no caso de inadimplemento grave ou que se entenda que não é dispensável de cumprimento.

CLÁUSULA 47ª - As sanções, previstas na tabela acima, de infração e pena, poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante abaixo, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, em decorrência dos seguintes termos:

**PTI**Parque Tecnológico
Itaipu

Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil

Av. Presidente Tancredo Neves, 6731

85867-900 – Foz do Iguaçu, PR

Tel. (45) 3576.7200

Fax (45) 3576.7199 - www.pti.org.br

- I Quando restar comprovado que o fornecedor ou contratado tenha registro, no Cadastro de Fornecedores da Fundação PTI-BR, de penalidade aplicada em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas neste instrumento, nos 24 (vinte e quatro) que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- II Quando restar comprovado que o fornecedor tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- III Quando o fornecedor, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de avaliação competitiva; ou
- IV Quando restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

CLÁUSULA 48ª - As infrações, independentemente de sua gravidade, poderão ser aplicadas de modo cumulativo, mais de uma penalidade, sem prejuízo da eventual rescisão contratual sem o direito à indenização.

CLÁUSULA 49ª - A Fundação PTI - BR poderá rescindir o instrumento contratual caso o montante correspondente à soma dos valores das multas moratórias ultrapassarem 10% (dez por cento) do valor total atualizado deste instrumento contratual.

CLÁUSULA 50ª - Se a multa aplicada não for suficiente para cobrir os prejuízos causados à Fundação PTI - BR, poderá esta, justificadamente, requerer a diferença a que tem direito.

CLÁUSULA 51ª - As sanções de advertência e suspensão do direito de participar de processos de compras e impedimento de contratar com a Fundação PTI - BR, por até 2 (dois) anos, poderão ser aplicadas juntamente às sanções de multa, a depender do caso e a sua aplicação, ainda que de forma cumulada, não exime a responsabilidade de indenizar eventuais perdas e danos ocasionados à Fundação PTI - BR, decorrentes do descumprimento contratual e/ou obrigação editálica.

CLÁUSULA 52ª - A multa não será aplicada caso o fato gerador em que incorreu a CONTRATADA tenha sido consequência de motivo de força maior ou caso fortuito.

CLÁUSULA 53ª - A Fundação PTI - BR reserva-se o direito de deduzir, dos valores devidos à CONTRATADA, as multas aplicadas e a importância necessária ao ressarcimento de danos e/ou prejuízos, que a mesma causar à Fundação PTI - BR ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

CLÁUSULA 54ª - As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem nenhuma outra prevista em lei, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à Fundação PTI - BR.

CLÁUSULA 55ª - Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento contratual, excluir-se-á o dia do início, incluir-se-á o vencimento e considerar-se-ão os dias úteis consecutivos.

CLÁUSULA 56ª - A aplicação das penalidades previstas deverá ser realizada em processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando a Norma de Compras, Contratações e Aliações da Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil (NCCA da Fundação PTI - BR).

CLÁUSULA 57ª - A CONTRATADA poderá interpor defesa e apresentar e/ou requerer a produção de provas, conforme o caso.

CLÁUSULA 58ª - Da decisão final cabe recurso.

CLÁUSULA 59ª - A não ocorrência das penalidades acima referidas não impede que a Fundação PTI - BR rescinda, unilateralmente, o instrumento contratual.

CLÁUSULA 60ª - Na aplicação das sanções serão consideradas as seguintes condições:

- a) razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
- b) os danos resultantes da infração;
- c) reincidência, assim entendida como a repetição de infração de igual natureza;
- d) outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto.

CLÁUSULA 61ª - No caso de atraso do pagamento por parte da FUNDAÇÃO PTI-BR, o PRESTADOR poderá exigir as penalidades a seguir:

- I - Multa, de 2% (dois por cento), sobre o valor da parcela pendente;
- II - Juros, de 1% (um por cento), ao mês, sobre o valor da parcela pendente.

CAPÍTULO XVIII – DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA 62ª – A rescisão contratual unilateral não é penalidade, mas, sim, direito potestativo da Fundação PTI-BR que se impõe pela justificativa da boa-fé, moralidade, responsabilidade socioambiental e eficiência.

CLÁUSULA 63ª - O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Fundação PTI-BR, sendo prescindível a aplicação de penalidade anterior, nas seguintes hipóteses:

- I. Descumprir qualquer cláusula contratual;
- II. Atrasar injustificadamente a entrega do objeto;
- III. Subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcial, o objeto contratado ou a associação do PRESTADOR com terceiros para a execução do objeto, além do permitido no Termo de Referência;
- IV. Reiterar falhas na execução do instrumento contratual;
- V. Entrar em processo de falência, de insolvência civil, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial;
- VI. Extinguir a pessoa jurídica ou falecimento do contratado;
- VII. Houver alteração social, fusão, separação, incorporação ou modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do instrumento contratual;
- VIII. Suspender a execução do instrumento contratual, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- IX. Comprovada ocorrência de caso fortuito ou de força maior, que impeça a execução do instrumento contratual;
- X. Descumprir suas obrigações quanto ao pagamento de tributos, obrigações trabalhistas e seguridade social.

CLÁUSULA 64ª – A rescisão poderá ocorrer por ato unilateral e escrito da Fundação PTI-BR, mediante notificação ao contratado com 30 dias de antecedência e acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções aqui previstas:

- I- Assunção imediata do objeto contratado pela Fundação PTI-BR, no estado e local em que se encontrar;
- II- Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela Fundação PTI-BR;
- III- Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Fundação PTI-BR.

CLÁUSULA 65ª - Poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante consenso entre as partes, resguardado os interesses da Fundação PTI-BR, a rescisão ou a resolução contratual mediante a lavratura do termo de distrato.

CLÁUSULA 66ª – Ocorrendo a rescisão, a Fundação PTI-BR poderá deduzir os

valores devidos ao PRESTADOR até o limite dos prejuízos causados à Fundação PTI-BR ou a terceiros;

Parágrafo Único - Sendo a rescisão unilateral promovida pela Fundação PTI-BR, sem prejuízo das medidas anteriores previstas, poderá promover:

- a) execução judicial ou extrajudicial dos valores das multas e das indenizações devidas;
- b) suspensão do direito do PRESTADOR em participar de avaliação competitiva e de contratar com a Fundação PTI-BR por período a ser definido, por até 2 (dois) anos, de acordo com a natureza e a gravidade da falta, sem prejuízo da aplicação da multa.

CAPÍTULO XIX – DO FORO CONTRATUAL

CLÁUSULA 67ª - É competente o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

CAPÍTULO XX – DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA 68ª - A Fundação PTI-BR, na forma da **NCCA**, promoverá a publicação do extrato do presente Contrato e dos seus aditivos.

CAPÍTULO XXI – DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 69ª - As eventuais tolerâncias da Fundação PTI-BR para com o PRESTADOR em relação ao cumprimento, total ou parcial, de cláusulas e/ou condições pactuadas neste instrumento, não poderão ser alegadas como alteração ou modificação contratual, devendo ser considerada como mera liberalidade da Fundação PTI-BR, não obrigando à adoção de igual procedimento em casos futuros.

CLÁUSULA 70ª - Fica ressaltada a total inexistência de vínculo trabalhista entre as partes contratantes, não havendo nenhum tipo de relação de subordinação.

CLÁUSULA 71ª - O presente Contrato poderá ser firmado por assinatura digital e/ou eletrônica, tendo assim todos os requisitos de validade e eficácia.

E, por estarem justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.



PTI

Parque Tecnológico
Itaipu

Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil

Av. Presidente Tancredo Neves, 6731

85867-900 – Foz do Iguaçu, PR

Tel. (45) 3576.7200

Fax (45) 3576.7199 - www.pti.org.br

Foz do Iguaçu (PR), _____ de _____ de 2021.

FUNDAÇÃO PTI-BR:

(Assinado digitalmente)

Diretor XXX

(Assinado digitalmente)

Diretor XXX

PRESTADOR:

Sócio Administrador ou
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

CPF:

Nome:

RG:

CPF: